

Tavares Bastos, reformador administrativo

LUÍS PINTO

Tendo-se dedicado nos últimos tempos ao estudo da vida de Tavares Bastos, Luís Pinto dispõe hoje de um grande cabedal de conhecimentos sobre a obra do denodado brasileiro, cuja intuição dos problemas nacionais aguçou uma sólida filosofia administrativa — ponto máximo por que pugnou durante quase toda a vida.

O presente artigo salienta alguns aspectos destas lutas — as mais das vezes inglórias para a época, mas que frutificaram vigorosas, dezenas de anos mais tarde. (N.R.).

AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS nasceu no dia 20 de abril de 1839, na província de Alagoas, tendo sido seus pais José Tavares Bastos e Rosa Tavares Bastos.

Seu pai tomou parte ativa nas lutas políticas mais acêsas de sua terra, a qual representou no parlamento, tendo, mais tarde, desempenhado as funções de juiz, ministro e governador de São Paulo.

Com a idade de 15 anos, Tavares Bastos seguiu para Olinda, em Pernambuco, onde concluiu os preparatórios, matriculando-se no curso jurídico em 1854. No ano seguinte, em face da remoção do seu pai, Tavares transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1858, com 19 anos.

Em 1859, o jovem alagoano recebia o grau de doutor em direito.

Naquela tradicional faculdade, Tavares Bastos, além de outros que teriam de refulgir na vida brasileira, foi companheiro e colega estimado de Ferreira Viana, Paulino de Souza, Antônio Carlos, o segundo, Lafaiete, Afonso Celso, pai, Couto Magalhães e Francisco Belisário.

Muito moço, aceitou Tavares um cargo modesto, muito aquém dos seus méritos, o de oficial da Secretaria da Marinha, onde começou o seu contacto com a vida pública e com a administração.

Com o advento da lei dos círculos, Aureliano Cândido Tavares Bastos resolveu lançar sua candidatura à deputação federal, por sua província, conseguindo eleger-se por unanimidade de votos.

A sua alta visão de administrador despertara logo cedo, trazendo-o as primeiras experiências para os grandes estudos de descentralização administrativa, que teve de objetivar com evidência, tornando-se um dos criadores desse novo processo tão necessário e útil à vida dos povos e à marcha da administração moderna.

Carlos Pontes, o seu maior biógrafo, acentua sobre esta passagem da sua vida e carreira pública:

“Não se limitou a ser o bom funcionário; os seus horizontes rasgaram-se mais largos. Naquele departamento de estudos procurou logo conhecer as necessidades e os defeitos da administração. Não se ateuve somente à aparelhagem burocrática, cada vez mais entravada pela ferrugem da centralização administrativa de extremo rigor. Foi a investigações maiores. Tratou de examinar a situação verdadeira das forças de mar como instrumento eficiente de defesa”.

E sua ação abarcou todos os setores nacionais, naquela hora em que ainda tateávamos para o futuro, no embrenhamento de agitações sociais e políticas que visavam a emancipação do país. Eramos quase às vésperas da republicanação, cujo tropel Tavares como que ouvia, através dos seus estudos e dos seus ecléticos conhecimentos da vida e da obra de outros povos do universo, que progrediam e se emancipavam, tanto no panorama social como nas bases econômicas.

Estava o seu ponto de vista inteiramente voltado para a descentralização, pois as observações que fizera lhe davam a intuição perfeita de sua necessidade, sem o que não poderia haver harmonia de distribuição nem uma obra ampla de participação de responsabilidades, ficando os homens das posições-chaves da administração obrigados a perder o tempo em cousas de pouca importância, quando essas pequenas parcelas, como outras, poderiam ser divididas com auxiliares do poder público. E,

com ênfase, no parlamento, num dos seus célebres discursos em defesa da descentralização administrativa, diz o representante de Alagoas :

“De tais excessos de centralização administrativa nasce uma verdadeira mania regulamentadora”.

Generalizando-se na opinião dos representantes do povo a sua idéa sôbre administração moderna, Tavares vai logo se voltando para outro problema de alto cunho patriótico, qual fôsse o do serviço militar obrigatório, para concluir pela condenação do processo de recrutamento forçado e vexatório. Bate-se então pela conscrição. Acha que todo cidadão, dentro de certa idade, deve ser obrigado a servir à pátria, sem distinção de côr, estado ou profissão, propugnando assim pelo serviço militar obrigatório que só nos veio 50 anos mais tarde.

Demitido do cargo público que exercia, teve Tavares Bastos ensejo de multiplicar a sua atividade, servindo melhor ao Brasil, voltando-se para a navegabilidade dos nossos rios, fechados ao livre trânsito das demais nações.

Fora do Parlamento e fora do emprêgo, inicia Aureliano Cândido Tavares uma outra atividade que teria de marcar uma das fases mais agudas e mais destacadas de tôda a sua vida pública. Iniciou-a no “Correio Mercantil”, sob a forma de cartas, e que continham a assinatura de O SOLITÁRIO, pseudônimo que depois veio a saber-se ser de Tavares Bastos.

Esse novo processo de discussão, a maneira elevada, criteriosa e objetiva dos assuntos nela tratados, a erudição, os avanços modernos e seguros do articulista, tudo isto chamou de modo extraordinário a atenção do público, dos homens de governo e da imprensa em geral. Quem seria O SOLITÁRIO? Não restava dúvida que era um homem de vasta cultura, um idealista, um grande conhecedor dos altos problemas nacionais. E as cartas do “Correio Mercantil” eram atribuídas aos maiores vultos da época.

Salvador de Mendonça conta :

“Essas cartas prendiam a atenção geral. Corria por elas uma aura nova, às vêzes transformada em lufadas rijas, capazes de derrocar velhas instituições.

Guardava-se o maior sigilo com relação ao nome do autor. Todos, porém, liberais e conservadores, políticos e homens de letras, liam-nas e admiravam-nas”.

O ilustre biógrafo Carlos Pontes nos mostra que *Cartas do Solitário* foram além das nossas frontei-

ras. Sôbre elas o *Times* de Londres, de 16 de julho de 1862, decalca os seus comentários sôbre a nossa política, e o jornal de Hamburgo — *Hauburger Nachrichten*, de 20 de janeiro de 1865 — entre outras considerações, aduz o seguinte :

“Estas cartas que tratam de questões do Amazonas como também da livre cabotagem, têm produzido a maior sensação por tôda a parte, e tem mesmo já obtido uma concessão de parte do Poder Legislativo, assim, pois, não devemos duvidar que o impulso dado por essa publicação ainda produza maiores resultados em favor do Amazonas. Em todo caso, são estas cartas uma das produções mais notáveis da imprensa brasileira e garantem um lugar proeminente na história das tendências reformistas na economia do Império”.

A sorte do negro constituiu também uma perene preocupação de Tavares Bastos. “O destino de um povo não pode correr por conta do desastre de outro povo.” E aquelas glórias que couberam depois ao primeiro Paranhos, com a aprovação da lei de 28 de setembro, Tavares as havia planejado muitos anos antes.

Dessa data em diante, no Parlamento ou fora dêle, nunca mais Tavares Bastos abandonou a campanha de defesa do escravo, tendo a sua atitude repercutido intensamente na imprensa francesa, nas colunas do *Moniteur Universel*, órgão oficial do governo francês.

Batendo-se pela questão imigratória, com o mesmo ardor por que fizera na da abolição, Tavares Bastos, no seu relatório, a que denominou *Reflexões sôbre a Imigração*, embora anti-intervencionista, fascinado pelos extremos princípios liberais, diz :

“Deve o Governo promover a imigração? Ou deve ser ela abandonada a si mesma, às coisas naturais? Algumas pessoas opinam que tudo depende de uma boa lei de terras, de severa administração da justiça, do aumento da riqueza e do melhoramento do comércio interno. Parece que se não deve ser exclusivo na matéria. Nos Estados Unidos, sim, a intervenção do governo é útil. Aqui, porém, há um motivo poderoso, uma razão de alta política, para se recomendar que o governo continue a intervir, que as administrações geral e provinciais se apressem em criar a corrente de imigrantes para o Brasil. Esse motivo é a crise que durante um certo período sucederá à inevitável abolição dos escravos. Será preciso, na verdade, auxiliar aqueles que reclamarem braços facilitando-os ou pelo menos será preciso que o Governo, alvo de violentas agressões durante a crise, possa oferecer essa corrente

como compensação aos escravos que gradualmente se forem emancipando. Aos imigrantes, aumentando a soma das produções, aos consumidores, aos contribuintes, atenuarão os efeitos da crise. Transposto êsse período, a missão do governo simplificar-se-á, a imigração ficará defendida das causas naturais. Entretanto, hoje, cumpre reconhecer que o regime servil exige êste sacrifício dos princípios da ciência, a intervenção do Estado”.

Em 1865 Tavares Bastos segue para o Prata, onde vai examinar *in loco* a questão da cabotagem e do livre trânsito, tema que o entusiasma e toma todo o tempo e atenção.

O profeta da livre cabotagem começa a agitar o Parlamento. José Bonifácio, o moço, Afonso Celso, pai, Marinho Campos, todos discutiam e tomavam a sério o projeto, que era tôda a preocupação do representante de Alagoas. E a idéia tomou vulto internacional, repercutindo na imprensa e no Parlamento norte-americano.

De volta, Saraiva submetia a abertura dos rios à livre navegação, tendo se oposto à mesma Pimenta Bueno. Jequitinhonha vota a favor da abertura, sem restrições. Finalmente, em segundo parecer, em outubro de 1866, recuava um pouco e votava a favor, permitindo a livre navegação até o Tefé. Mas, em 3.^a consulta, a abertura do Amazonas é promulgada pelo decreto de 7 de dezembro de 1866.

Tôda a imprensa endeusou a obra de Tavares Bastos, e Joaquim Nabuco resalta a ação do representante do pequeno Estado :

“Essa propaganda, Tavares Bastos pode se dizer que a levou à completa realização em quatro anos ; os projetos de lei e os atos ministeriais seguem-se logo a sua iniciativa e discussão, sobretudo ao quadro que êle pinta do prodigioso desenvolvimento comercial do vale do Amazonas, na viagem que empreende em 1865 e da qual resultou o seu belo livro — O Vale do Amazonas”.

Em 1868, com Itaborahy na presidência, começa o ostracismo de Tavares Bastos, que no entanto, teria longa vida.

Tendo falecido na Europa, diz um seu ilustre biógrafo, o Sr. Carlos Pontes :

“A abertura do Amazonas, a liberdade de cabotagem, a descentralização administrativa, a reforma eleitoral, os telégrafos, a navegação direta entre o Brasil e os Estados Unidos foram princípios por êe lançados na circulação e muitos dêles triunfantes hoje na legislação do país. Não ousamos garantir que na gratidão nacional seja perpétua a lembrança do homem ilustre, que a morte nos acaba de roubar, mas será impossível arrancar da consciência nacional e das nossas leis o cunho altamente patriótico e liberal que a sua poderosa individualidade imprimiu ao movimento político de nossa pátria.”

A descentralização administrativa, idéia que ainda se não concretizou no Brasil, foi dos maiores serviços prestados à nação por Tavares Bastos. Êle antevia a obra do futuro, onde a administração em bases científicas terá de ser um das suas traves mestras de salvamento.

Panamericanista convicto e resoluto, a livre navegação, o caso da cabotagem, a descentralização, representam valioso acervo de um reformador que planeja e executa, abrindo clareiras novas às velharias da época, à burocracia lerda e perra, que por muito tempo houve de aninhar-se no seio do Brasil e que tanto forceja para não desaparecer.

Das obras de Aureliano Cândido Tavares Bastos, desaparecido na Europa em 1875, portanto, com 35 anos de idade, as mais importantes são: Cartas do Solitário, O Vale do Amazonas, A Província.

Nestes três livros, encontra-se tôda a orientação ideológica de Tavares Bastos que deixou às gerações novas do Brasil uma perspectiva moderna de filosofia política, e, com tanta fôrça, que há resistido aos entrecosques de tôdas as inovações, crenças e partidarismos.